

# **E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais**

Resultado de Investigação finalizada.

Grupo de Trabajo/GT31: Teoria Social Contemporânea.

Ricardo Gaspar Müller (UFSC)  
Maria Célia Marcondes de Moraes (in memoriam)

## **Resumo:**

Este trabalho contribui para as discussões teórico-metodológicas no campo da sociologia trazendo para debate um dos mais interessantes pensadores do século XX, o historiador inglês E. P. Thompson. Em 2013 celebramos 50 anos da publicação de *The making of the English working class* e vinte de seu falecimento. Nesse livro, discutiu problemas teóricos fundamentais. Desenvolveu um diálogo entre as ciências sociais ao incorporar em suas pesquisas históricas categorias sociológicas e ao criticar as tendências funcionalistas. Seu método combina uma crítica às leis e regras metodológicas de historiadores e sociólogos conservadores e marxistas ortodoxos. Suas proposições têm a disciplina histórica como referência e orientam criticamente a pesquisa sociológica e os problemas sociais contemporâneos, estendendo sua relevância a diferentes campos temáticos.

**Palavras-chave:** teoria social, ontologia, lógica histórica.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho pretende contribuir para o debate das questões teórico-metodológicas nas Ciências Sociais na atualidade, recuperando a contribuição de um dos mais interessantes e controversos pensadores do século XX, o historiador inglês E. P. Thompson. Como, a nosso ver, Thompson sempre defendeu a base ontológica de sua pesquisa – e de qualquer investigação –, consideramos sua obra relevante para esse debate.

## **THOMPSON: ONTOLOGIA E CRÍTICA**

Thompson desenvolveu um importante diálogo entre as Ciências Sociais ao incorporar em suas pesquisas históricas categorias sociológicas e ao criticar as tendências funcionalistas de ambas as disciplinas, sociologia e história. Nesse sentido, seu método para analisar a formação da classe trabalhadora pode ser visto como uma crítica às leis e regras metodológicas de historiadores sociais conservadores, marxistas ortodoxos e sociólogos funcionalistas, responsáveis pelos “sistemas de estratificação”, que explicam e justificam eventuais diferenças de classe. A seu ver, classe, como categoria analítica, deve ser percebida como um fenômeno histórico e não ser reduzida a uma categoria rígida, cristalizada, como a compreendiam a ortodoxia marxista e a sociologia funcionalista, em seus diferentes matizes. O fundamento da abordagem de Thompson é a de que toda análise teórica deve ser apreendida na medida do diálogo entre teoria e evidência, i. e., teoria e pesquisa empírica, e na prática do “agir humano”, da “agência.

O pensamento de Thompson constitui uma defesa da razão e dos fundamentos ontológicos do real, portanto, forte contraponto ao ceticismo epistemológico corrente, à visão relativista que nega a possibilidade do conhecimento objetivo e ao atual anti-realismo e sua perspectiva mais pragmática. As proposições thompsonianas têm a disciplina histórica como referência e podem orientar a reflexão sobre a pesquisa sociológica e problemas contemporâneos. Em *A Miséria da Teoria*, por exemplo,

Thompson (1978, p. 217) afirma: “Este é um tempo em que a razão deve ranger os dentes. À medida que o mundo se modifica, devemos aprender a modificar nossa linguagem e nossos termos. Mas nunca modificá-los sem razão”.

É esta percepção de pesquisa que fundamenta nossos argumentos: se compreendidos em seu movimento histórico, os objetos da pesquisa sociológica ganham inteligibilidade, mas sem perder seu caráter específico.

Priorizamos duas indicações oferecidas por Thompson: a lógica histórica, sua base ontometodológica, e a categoria de experiência. Ambas são basilares à pesquisa desenvolvida por Thompson, que sempre compreendeu o lugar próprio da empiria e da teoria e buscou os procedimentos mais adequados e confiáveis para se transitar entre elas.

## **A LÓGICA HISTÓRICA**

Se o mundo é um complexo estruturado e social em sua essência, esse complexo também é histórico em sua dinâmica, articulações, diversidade e funções. Nesse sentido, as formulações de Thompson têm muito a ensinar sobre o método lógico de investigação adequado a materiais históricos e sociais.

É sobre este solo ontológico que Thompson propõe a categoria de experiência, fortemente articulada à de cultura. Essa relação, tal como pensada por Thompson, também é de interesse para a pesquisa sociológica. É nesse contexto que se localiza essa discussão.

## **EXPERIÊNCIA E CULTURA**

A categoria de experiência, em sua articulação com a de cultura, talvez seja um dos marcos teóricos mais controversos na obra thompsoniana. Alguns intérpretes a compreenderam como de natureza superestrutural: a ênfase na experiência teria conduzido Thompson a descuidos em relação a categorias econômicas e à sobrevalorização de aspectos culturais, como se esquivasse das determinações materiais. Outros, como Stuart Hall (1981, p. 383-384), enxergam um caráter empirista na experiência, o que comprometeria a discussão teórica no interior do marxismo. Há ainda os que vêem nele o ponto inicial de um traço culturalista na historiografia (Pedro e Flores, 1995, p. 32), hipótese partilhada por Bryan Palmer, para quem Thompson teria contribuído para a progressiva “instalação” dos estudos culturais na História Social (Palmer, 1990, p. xiv). Há até os que consideram os referenciais de Thompson como uma “fórmula familiar que seduziu toda uma geração” e um “artifício” a ser superado pelo giro linguístico (Joyce, 1994, p. 3-4). Essas leituras favorecem a desmarxização de suas ideias (Müller, 2002, p. 17), o que força sua reorganização ontológica e epistemológica.

Como comentamos, Thompson procurou um diálogo entre as Ciências Sociais e estabelecer o uso de conceitos de maneira coerente com a prática do materialismo histórico, delimitando-os de forma a construir “pontes teóricas” entre as disciplinas.

A prática do materialismo histórico para Thompson foi, como estrutura real e metodologia, fonte renovadora para uma teoria da emancipação humana e uma história escrita a partir de baixo, que “representava a constante renovação dos valores de uma cultura de dissidência” (Müller, 2002, p. 5).

É dentro da perspectiva de uma ciência que propõe o entendimento e a elaboração de projetos e análises que sirvam de contraponto às práticas dos sistemas dominantes que a abordagem de Thompson permanece necessária e atual. Ao afirmar que “o que costumava ser história operária pode constituir excelente terreno de teste para a sociologia histórica”, Thompson alerta que é preciso cuidar para que isso não signifique “a desajeitada retomada de uma terminologia mal digerida e de categorias de uma determinada escola sociológica impostas ao conhecimento histórico existente”.

Sobre essa tendência ao diálogo entre as ciências sociais – encontrada, por exemplo, em estudos sobre a classe trabalhadora –, Thompson (2001, p. 199-200) afirma que “há uma preocupação crescente em investigar as manifestações políticas e sociais não incluídas na linha oficial da evolução do movimento operário”.

Por um lado há uma gama de diferentes questionamentos e abordagens que surgem com o intercâmbio entre a história, a sociologia e a antropologia. De outro, o estudo histórico é necessário para que a ideia de processo e transformação se torne mais evidente nos estudos sociológicos, sem o que se esvazia a noção de práxis.

Uma sociologia que não contemple em sua reflexão a ideia de processo é fadada a ser uma sociologia onde os “fenômenos” sociais já estão estabelecidos, funcionais e sem aparente mobilidade porque, no lugar de relacionar o conjunto de normas, práticas, interesses e condições materiais de determinada sociedade em sua dinâmica, parte de um pressuposto sincrônico. O papel da dimensão histórica nessa equação (em seu teor diacrônico, dialético e comparativo) seria o de apontar as transformações e rupturas nas instituições sociais e nos sistemas de organização social e suas possíveis contradições internas.

A cultura popular de uma época, por exemplo, só pode ser entendida se contextualizada nos momentos históricos específicos a que pertence. Situando a cultura “no lugar material que lhe corresponde”, podemos entendê-la como agente formador, ao mesmo tempo em que é consequência da luta e da consciência de classe.

É nesse tempo/espaço material específico que cultura e experiência se entrecruzam, na consolidação e defesa de interesses e direitos, unindo fragmentos de antigas estruturas e expectativas em relação à luta contra a intrusão verticalizada de novas formas de desapropriação.

A dimensão histórica desse cruzamento aparece em cores vívidas quando analisamos as queixas de uma larga parcela da população inglesa do séc. XVIII, indignada com as práticas do mercado – práticas que, comenta Thompson (1998, p. 158), tendemos a admitir como inevitáveis e naturais.

Partindo da lógica de que uma reação ou prática específica de determinada cultura não pode ser explicada apenas por seu estímulo primordial (conclusão apressada, muitas vezes imposta por estudos estatísticos de vertentes mais conservadoras), Thompson (1998, p. 208) afirma que “não há uma única reação simples, ‘animal’ à fome”. As evidências tornam-se inteligíveis se articuladas às especificidades de cada caso. Utilizando ainda o exemplo da revolta causada pela fome, “o ‘motim’... não é uma resposta ‘natural’ ou ‘óbvia’”, mas consiste antes em “um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individuais e familiares de sobrevivência”: ter fome “não impõe que devam se rebelar nem determina as formas da revolta”. É a experiência humana, forjada nos laços socioculturais que determina o resultado do estímulo ou do malogro em questão.

A questão metodológica levantada por Thompson (1998, p. 151) em relação a esse tipo de problema é de natureza antropológica: “estando com fome, o que as pessoas fazem?” Ou: diante da fome, que relações se estabelecem entre o estímulo material e os desdobramentos das atitudes levadas a cabo em tal situação, quando comparados às consequências e reverberações na cultura e nos costumes de seus praticantes?

No processo dinâmico da história, segundo Thompson (2001, p. 248), “novos fenômenos” acontecem, e sua organização estrutural diante do conjunto se transforma à medida que muda a estrutura das sociedades. Transpor conclusões antropológicas sem os devidos ajustes compromete o exercício da análise dialética. Assim, “há de se encontrar a estrutura na particularidade histórica do ‘conjunto de relações sociais’ e não em um ritual ou em uma forma particular fora dessas relações”, advindos de outra conjuntura sócio-cultural. Entretanto, a utilização de tipologias sincrônicas (tipos ideais, funções constantes e estruturas universais) é ferramenta útil para trazer à tona ou discutir “o âmago de um contexto particular”, ao auxiliar a elaboração de uma problemática ou contribuir para o entendimento de tal contexto.

Para Thompson (2001, p. 249), essas tipologias são importantes não por serem estruturas universais, mas particularmente pelo fato de as funções imediatas do ritual que definem serem dinâmicas.

Thompson (2001, p. 252) assinala que a relação entre história e antropologia deve ser mediada pela filosofia, de modo que esta regule os enlaces a serem estabelecidos e não se tenha “a pretensão de falar pelo conjunto da disciplina”, mas “apenas fazê-lo a partir de uma posição específica”, para que os resultados da aproximação não sejam contraditórios.

Ao definir-se como filiado à tradição marxista, Thompson (2001, p. 252) reitera que para valer-se de conceitos sociológicos é necessário que eles sejam mediados por uma relação dialética.

Em contrapartida, para estabelecer um vínculo entre a antropologia social e a história é preciso, segundo ele, abandonar a perspectiva de “base” e “superestrutura”, pela qual, dentro da tradição marxista mais ortodoxa, o “econômico” vem sempre antes das normas e sistemas de valores. Nesse contexto, a premissa de “vir antes” esvazia ou compromete a lógica histórica e a ideia de processo, porque se contrapõe ao princípio dialético de determinação e denota um sentido de ordem, evolução e irreversibilidade.

Em lugar de adotarmos a noção de primazia do “econômico”, devemos enfatizar “a simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social”. Sem colocar em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subsequentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história, Thompson questiona a ideia de ser possível compreender um modo de produção em termos “econômicos”, considerando secundárias (menos “reais”) as normas e a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção (Thompson, 2001, p. 254).

As nuances particulares constituintes dessa ou daquela sociedade não se encaixam na analogia estática “base e superestrutura” que – em seu determinismo ou reducionismo econômico – classifica “atividades e atributos humanos” como pertencentes à “superestrutura (lei, arte, religião, ‘moralidade’)” ou à “base (tecnologia, economia, ciências aplicadas), deixando outros ainda a flunar no meio (lingüística, disciplina de trabalho)”, de forma a pender mais para “o pensamento positivista e utilitarista, i. e, com posições centrais não do marxismo, mas da ideologia burguesa” (Thompson, 2001, p. 256).

Pensar o “econômico” como determinante, mesmo que apenas em “última instância”, das relações sociais dos indivíduos, é resignar o estudo das sociedades à inércia do ideal do “homem econômico” da Economia Política. Este é um ponto relevante na interpretação thompsoniana da relação base/superestrutura. Muitas vezes ele explicita sua recusa a uma prioridade causal da base, determinista, própria às “versões reducionistas e economicistas do marxismo” (Thompson, 2001, p. 258-260). Destaca o equívoco da tradição ortodoxa marxista de confundir o “conceito de modo de produção (...) com uma acepção estreita de ‘econômico’”. Sua proposta é a de retornar ao conceito de modo de produção – objeto central da análise de Marx – que supõe “as conseqüentes relações de produção em que homens e mulheres nascem ou involuntariamente ingressam”. Nesse contexto, quando mudam o modo de produção e as relações produtivas, também muda a experiência de homens e mulheres existentes.

Nessas circunstâncias, “homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, criam sua própria cultura e formulam seus próprios valores, intrínsecos a seu modo de vida” (Thompson, 2001, p. 261). É nesse sentido que Thompson (2001, p. 260) afirma que classe “é uma formação tão ‘econômica’ quanto ‘cultural’” e que a determinação “em última instância” pode abrir “seu caminho tanto por formas econômicas quanto culturais”.

Como categoria, classe não é representada por este ou aquele grupo de pessoas e instituições com interesses dispares; é antes o modo pelo qual opera a relação dialética entre os sujeitos. No atrito dessa movimentação, formam-se as “condições materiais” que, por sua vez, influenciam a experiência,

“termo médio” necessário na articulação entre ser social e consciência social. Por isso não há sentido de se pensar classe como categoria de análise se não for levada em conta a mediação entre o agir humano (*agency*) e a realidade acionada no processo histórico de transformação da cultura, da consciência e das “condições materiais” que a impulsionaram.

Segundo Thompson (1978, p. 290), “é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento”. É pela mediação da experiência “que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades” e regula a prática pela qual a produção é mantida e reproduzida.

Thompson (1981a, p. 405) afirma que “a experiência estabelece a junção entre a cultura e a não-cultura, estando metade no ser social e metade na consciência social”. A experiência é também “a influência do ser social sobre a consciência social”, na medida em que “exerce pressões sobre a consciência social existente”, propõe novas questões e proporciona “grande parte do material sobre o qual se desenvolvem”. (Thompson, 1978, p. 196 e 200-201).

A “experiência” realiza o diálogo entre o ser social e a consciência social, uma vez que “assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido” (Thompson, 1978, p. 200-201). Segundo Thompson (1978, p. 201), mudanças no ser social dão origem à “experiência” que, por sua vez, tem o papel determinante de mediar o processo de transformação da consciência social. Por meio desse diálogo, estabelecemos uma correspondência entre o conhecimento e as propriedades inscritas na realidade material (Thompson, 1978, p. 209).

A “experiência” é fator indispensável na análise da história ou de qualquer disciplina que abrace uma perspectiva diacrônica e/ou dialética porque é um conceito que “compreende a resposta mental e emocional” de um indivíduo ou determinado grupo social “a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1978, p. 199).

Em um Seminário realizado em Oxford sobre *The Poverty...*, em dezembro de 1979, Thompson ofereceu importantes esclarecimentos sobre a relação entre experiência e cultura em resposta às críticas dos demais expositores. Precisando sua posição, Thompson propõe a distinção entre dois níveis de experiência: a experiência I – a experiência vivida – e a experiência II – a experiência percebida.

Stuart Hall (1981, p. 384) argumenta que a forma pela qual Thompson define “experiência” em dois momentos não é adequada porque “combina coisas que... ‘na realidade’ (na experiência vivida) ocorrem juntas, mas que têm que ser, analiticamente, distinguidas”. Hall comenta que a tentativa de Thompson de sobrepujar esse problema “falando de duas ‘experiências’ – experiência I (condições) e experiência II (como estas são anexadas à consciência)” é teoricamente insatisfatória. Segundo Hall, “não se facilita o difícil processo de pensar a relação entre dois termos nomeando-os com o mesmo conceito”, porque isso confundiria distinções que têm de ser mantidas conceitualmente separadas.

Acusações mais graves são efetuadas por Richard Johnson (1981, p. 386-396), ao definir como revisionista e um absolutismo teórico a atitude de Thompson em relação a Althusser – a seu ver, uma atitude que mais subtrai do que agrega para a construção de posições sólidas na tradição marxista.

Thompson é incisivo ao refutar o suposto caráter culturalista de sua obra e a reafirmar a categoria de experiência nos termos materialistas originalmente por ele propostos. Não aceita a acusação de Richard Johnson de que teria interpretado à luz da cultura a categoria marxista de consciência de classe e contribuído para fortalecer os estudos culturais com seu *The Making of the English Working Class* (1963). Em suas palavras: “Rejeito, incondicionalmente, o título de ‘culturalismo’ dado à tradição historiográfica marxista da qual sou considerado representante”. (Thompson, 1981, p. 396). No quadro de seu materialismo histórico, o *conhecimento* de classe seria impossível sem a compreensão das *experiências* que emergem dos confrontos entre classes em função também das diferenças entre as várias culturas, políticas, religião, valores, convenções etc.

Thompson (1981, p. 401) recorda que, no início dos anos de 1960 (quando para Johnson o “culturalismo” teria se estabelecido), ele estava a meio caminho da conclusão de *The Making...* e que o

referido período caracterizou-se pela polêmica a respeito do stalinismo, do humanismo socialista e da história econômica positivista, bem como pela crítica – e não a adesão – ao culturalismo. À época, os temas cultura e experiência eram alvo de troca – e disputa – intelectual entre ele e Raymond Williams, entre outros. Thompson menciona um trecho no qual critica Williams e reafirma a base ontológica, a lógica histórica – o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história – como determinação do campo cultural:

Thompson responde, assim, à crítica de que, por exemplo, no capítulo “Exploração”, de *The Making...*, teria subsumido a “exploração” à “experiência da exploração”, rejeitado causas materiais que ocorrem concomitantemente à consciência e suposto a consciência dissociada de suas determinações concretas.

Experiência e cultura são articuladas por Thompson (1978, p. 362) e ambas constituem um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humanos. Neste sentido, são “conceitos de junção” (*junction-concepts*). Para Thompson, homens e mulheres atuam e constroem suas vidas em condições determinadas e vivem esta experiência tanto no âmbito do pensamento, como no do sentimento. Na cultura, ele afirma (1978, p. 363), os sujeitos lidam com o sentimento como normas, obrigações familiares e de parentesco e reciprocidades, como valores, ou mediante formas mais elaboradas na arte ou nas convicções religiosas.

Thompson (1981, p. 405-406) distingue entre experiência I – experiência vivida – e experiência II – experiência percebida. Muitos epistemólogos e sociólogos contemporâneos, diz Thompson, quando ouvem a palavra “experiência” identificam-na imediatamente à experiência II, a experiência percebida. Isto é, movem-se na direção do que Marx denominou consciência social. Como consequência, afirmam que a “experiência II” é um meio imperfeito e falsificador, corrompido por interferências ideológicas etc.

Thompson observa que as regularidades no interior do ser social, com frequência, resultam de causas materiais que ocorrem de forma independente da consciência ou da intencionalidade. Tais causas inevitavelmente dão ou devem dar origem à experiência vivida, à experiência I, mas não penetram como “reflexos” na experiência II. No entanto, a pressão dessas causas sobre a totalidade do campo da consciência não pode ser adiada, falsificada ou suprimida indefinidamente pela ideologia.

Por essa razão, assevera Thompson (1981, p. 406), essa é a única maneira possível de “explicar a mudança histórica com alguma racionalidade”. E acrescenta: “A experiência I está em eterna fricção com a consciência imposta e, quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da experiência II, podemos experimentar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponha mais uma vez o molde da ideologia”.

Dessa forma, a experiência, “sem bater na porta”, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece *mediações*, é espaço de prática, intervenção, obstaculização, recusa, é processo de formação de identidades de classe e, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração, de etnias. Processos dialeticamente articulados que ela, a experiência, expressa de forma privilegiada.

Thompson distancia-se, como se vê, do conceito vulgar de experiência, o que estabelece sua equivalência com a empiria. Mesmo porque, como sublinham Moraes e Torriglia (2000, p. 53), “a construção empirista da experiência induz ao relativismo e à passividade e à aceitação de todo o *status quo*”, posição que está na contramão da proposta intelectual e de vida do historiador.

Thompson se afasta, por outro lado, das interpretações culturalistas do termo e de sua negação de determinações materiais ou estruturais na formação da identidade dos sujeitos sociais. Em contraposição a essas interpretações, Thompson (1978, p. 232-235) indica que “na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela existe ‘lá fora’, na história real”. Há referentes, portanto. O solo ontológico da experiência é a história real e não a cultura ou a linguagem. Se cultura e experiência são um ponto de junção, apesar do que ajuízam adeptos da

“pós-condição”, a cultura não tem, para Thompson, qualquer autonomia. Até ser contextualizada, é vista como altamente problemática como categoria explicativa.

À época da elaboração de *The Poverty...* (1977/78), e da realização do debate (dezembro 1979), Thompson não polemizou com o pensamento pós-estruturalista ou pós-moderno presente nos meios acadêmicos europeus e norte-americanos, como seria de se esperar. Sequer em suas versões culturalistas. Isso se explica pelo caráter conscientemente político da obra, pelo fato de ter sido escrita para a esquerda e para o âmbito do marxismo. O alvo de Thompson situava-se na esquerda, os estruturalistas althusserianos, que ele considerava um risco para a tradição de prática histórica marxista na Inglaterra por seu absolutismo teórico, sua negação do agir humano e a presumida convivência de Althusser com a violência stalinista praticada em nome do marxismo e com “as vastas áreas de silêncio” em torno do Estado soviético.

A crítica de Thompson ao giro lingüístico viria mais tarde, no início dos anos de 1990, pouco antes de sua morte, já sob o impacto da influência das interpretações culturalistas e lingüísticas na história social inglesa. Müller (2002, p. 32-33 e 41) destaca dois momentos desta crítica:

1 Em *Customs in Common*, referindo-se a Gramsci, Thompson salienta que para o pensador italiano a filosofia comum a todas as pessoas deriva de três fontes: a própria linguagem, que é um conjunto de determinadas noções e conceitos, e não apenas palavras desprovidas gramaticalmente de conteúdos; o “senso comum” e o folclore ou a religião popular. Das três, conclui: “Hoje a maioria dos intelectuais do ocidente não hesita em conceder primazia teórica à primeira (a linguagem), não só por ser o veículo, mas a influência constitutiva sobre a consciência”.

2 Em “Reading the Signs”, Samuel (1992) comenta um antigo ensaio de Thompson, “The Sale of Wives” (incluído em *Customs in Common*), e considera que, de certo modo, esse artigo revelaria a adoção da perspectiva pós-moderna por parte de seu autor. Esse comentário causou grande desconforto a Thompson, como se percebe em sua carta-resposta, “Theory and Evidence”, no número 35 de *History Workshop*, onde lamenta a hesitação teórica de Samuel na abordagem do problema e critica a influência pós-modernista na historiografia:

Quiçá tardiamente, Thompson compreende que o “subjetivismo da moda”, “o positivismo grosseiro”, e o “idealismo plausível” são representados pela agenda pós-moderna. Ele percebe a inversão pós-moderna e pós-estruturalista que desfocam o lugar e o papel da experiência na construção do conhecimento, dos interesses e das identidades sociais, colocando em seu lugar, isoladamente, a linguagem ou a cultura. Müller (2002, p. 30) assinala que seria inadmissível para o historiador aceitar que a experiência fosse “codificada” e aprisionada em um corpo de linguagem e de textos, corpo tão dominante e onipotente que virtualmente a subsumiria. Da mesma forma, o papel de relevo que o historiador atribui à cultura em suas análises históricas, distancia-se das acepções que lhe têm sido atribuídas por culturalistas de toda cepa.

É nessas circunstâncias que, a nosso ver, evidencia-se a radical atualidade de Thompson para os que pensam a pesquisa sociológica para além das empirias compartilhadas, dos relativismos, culturalismos ou construtos discursivos (Moraes e Torriglia, 2003). Ele inspira os que compreendem os fatos sociais como fatos históricos e os que, nessa perspectiva, descartam a teoria como ‘verdade’ ou ‘modelo’ fictício e abraçam o desafio do conhecimento como percurso, sempre provisório e aproximado, prenhe de “silêncios e impurezas”.

## PALAVRAS FINAIS

É fecunda a proposição thompsoniana de que é tarefa do pesquisador explicar um evento em como e porque ele se moveu em uma determinada direção e também os princípios e tendências fundamentais deste processo. De nosso ponto de vista, suas reflexões sobre a pesquisa e sobre a importância do desvelamento das determinações concretas do objeto a ser pesquisado constituem um protocolo apropriado às ciências sociais e humanas.

É estimulante pensar, por exemplo, que uma experiência singular – a migração; a reorganização do processo de trabalho, ou a redefinição da divisão de trabalho e suas relações; o redesenho das classes sociais, ou o do Estado ou o da estrutura de poder em nível internacional e a correlata revisão da estratégia das relações políticas e econômicas etc. – não “permanece submissa” ao ser investigada, mas agita-se dentro do ser social e, neste movimento, rompe-se contra a consciência social prevalecente; que a experiência surge sem anúncio, exerce pressões, propõe novas questões e oferece os dados a serem lidos pelos exercícios intelectuais; que o conhecimento é provisório e incompleto, seletivo, limitado e definido pelas perguntas dirigidas à evidência (e os conceitos que informam tais perguntas) e que a verdade só pode ser pensada no interior do campo assim definido; que sempre surgirão novas formas de interrogar o objeto ou de evidenciar aspectos até então desconhecidos e que, por isso mesmo, o produto da investigação estará sempre sujeito a modificações.

Desta compreensão não decorre, no entanto, qualquer relativismo ou negação da ontologia, ou “que os acontecimentos passados se modifiquem ao sabor de cada interrogação investigativa ou que a evidência seja indeterminada”. O pensamento thompsoniano é contraponto ao ceticismo epistemológico e aos relativismos ontológicos correntes, à visão relativista que nega a possibilidade do conhecimento objetivo e ao atual anti-realismo.

Vale salientar, uma vez mais, a convicção de Thompson acerca do conhecimento, cuja andança se dá na conjugação e no diálogo entre teoria e prática, e seu discurso de explanação é conduzido nos termos da lógica histórica. Por esta razão, ele atesta, a teoria **tem** consequências! – o que não deve ser indiferente aos que pensam a pesquisa em ciências sociais.

## Referencias

- Antonacci, M. A. (Ed.). Diálogos com E. P. Thompson, *Projeto História*, 12.
- Hall, S. (1981). In defence of theory. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). *People's history and socialist theory*. London: Routledge.
- Johnson, R. (1981). Against absolutism. In: SAMUEL, Raphael (Ed.). *People's history and socialist theory*. London: Routledge, 1981.
- Joyce, P. (1994). *Democratic Subjects*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marx, K. *O Capital*. S. Paulo: Boitempo, 2013.
- Moraes, M. C. M. (2007, julho). Indagações sobre a questão do conhecimento no campo da educação. Conferência principal das *IV Jornadas de Investigación*. Universidad Nacional de Córdoba: Córdoba, Argentina.
- Moraes, M. C. M. (2003). Proposições sobre produção de conhecimento e políticas de formação docente. In: MORAES, Maria Célia M. et al. *Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Moraes, M. C. M. (2001). Recuo da teoria. *Revista Portuguesa de Educação*, 1, 7-25.
- Moraes, M. C. M. (2001). Ceticismo epistemológico, ironia complacente: até onde vai o neopragmatismo rortiano? *Educação nas Ciências*, 1, 157-189.



- Moraes, M. C. M. (2000). *Reforma de ensino, modernização administrada*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC.
- Moraes, M. C. M.; Müller, R. G. (2005). “A Miséria da teoria”: o debate de Oxford. *Esboços*, 14, 25-36.
- Moraes, M. C. M & Torriglia, P. L. (2000). Educação *light*, que palpita infeliz. Indagações sobre as propostas do MEC para a formação de professores. *Teias*, 2, 51-59.
- Müller, R. G. (2002). *Razão e utopia: Thompson e a história*. Dissertação doctoral. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Palmer, B. D. (1990). *Descent into Discourse: the Reification of Language and the Writing of Social History*. Philadelphia: Temple University Press.
- Pedro, J. M. & Flores, M. B. (1995). História, Experiência e Narrativa. *Revista Catarinense de História*, 3.
- Samuel, R. (1992). Reading the Signs (part II), *History Workshop Journal*, 33.
- Samuel, R. (Ed.). (1981). *People's history and socialist theory*. London: Routledge.
- Schwarz, Bill (1995). Razão e Desrazão em E. P. Thompson. ANTONACCI, Maria Antonieta (Ed.). Diálogos com E. P. Thompson, *Projeto História*, 12.
- Thompson, Edward P. (1963). *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin (reedições em 1968 e 1980).
- Thompson, E. P. (1978). *The poverty of theory and other essays*. London: Merlin.
- Thompson, E. P. (1981). The politics of theory. In: SAMUEL, Raphael. (Ed.) *People's history and socialist theory*. London: Routledge.
- Thompson, E. P. (1993). Theory and evidence. *History Workshop Journal*, 35, letter.
- Thompson, E. P. (2001). *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (Eds.). Campinas: Unicamp.
- Thompson, E. P. (1998). *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. S. Paulo: Companhia das Letras.